

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
FACULDADE DE CIÊNCIAS ECONÔMICAS
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS ECONÔMICAS
CURSO DE PLANEJAMENTO E GESTÃO PARA O
DESENVOLVIMENTO RURAL - PLAGEDER
HABILITAÇÃO: TECNÓLOGO EM DESENVOLVIMENTO
RURAL**

**Sucessão geracional na Agricultura Familiar na localidade de
Rincão das Guajuviras em Cachoeira do Sul – RS**

Aluna: Graziela Menezes da Silva

Cachoeira do Sul

2013

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
FACULDADE DE CIÊNCIAS ECONÔMICAS
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS ECONÔMICAS
CURSO DE PLANEJAMENTO E GESTÃO PARA O
DESENVOLVIMENTO RURAL - PLAGEDER
HABILITAÇÃO: TECNÓLOGO EM DESENVOLVIMENTO
RURAL

Sucessão geracional na Agricultura Familiar na localidade de
Rincão das Guajuviras em Cachoeira do Sul – RS

Graziela Menezes da Silva

Trabalho de conclusão submetido ao Curso de Graduação Tecnológico em Planejamento e Gestão para o Desenvolvimento Rural – PLAGEDER, da Faculdade de Ciências Econômicas da UFRGS, como requisito parcial para obtenção do título de Tecnólogo em Planejamento e Gestão para o Desenvolvimento Rural.

Orientador: Prof. Guilherme F. W. Radomsky

Coorientadora: Prof^ª. Josiane Carine Wedig

Cachoeira do Sul, RS

2013

Graziela Menezes da Silva

**Sucessão geracional na Agricultura Familiar na localidade de
Rincão das Guajuviras em Cachoeira do Sul – RS**

Trabalho de conclusão submetido ao Curso de Graduação Tecnológico em Planejamento e Gestão para o Desenvolvimento Rural – PLAGEDER, da Faculdade de Ciências Econômicas da UFRGS, como requisito parcial para obtenção do título de Tecnólogo em Planejamento e Gestão para o Desenvolvimento Rural.

Aprovado em: Porto Alegre, 19 de julho de 2013.

Prof. Guilherme F. W. Radomsky - Orientador UFRGS

Prof. Fábio de Lima Beck - UFRGS

Prof. Daniel G. Mocelin - UFRGS

“Agradeço todas as dificuldades que enfrentei; não fosse por elas, eu não teria saído do lugar. As facilidades nos impedem de caminhar. Mesmo as críticas nos auxiliam muito.”

Chico Xavier

Dedico este trabalho as minhas lindas e amáveis filhas:

Emanuelly e Maria Eduarda.

Também ao meu amado e companheiro:

Pedro.

Pela força, incentivo e paciência em todos os momentos que precisei.

AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiramente a Deus, que me permitiu ter saúde e fé para concluir mais esta caminhada, me mostrando o caminho a percorrer mesmo que árduo, porém gratificante.

Agradeço às famílias entrevistadas, que disponibilizaram de seu precioso tempo para contribuir para a realização deste trabalho, e pela maneira cativante com que abriram as portas de suas casas para me receber, tornando os momentos de estudo em agradáveis conversas.

Agradeço de forma muito especial aos orientadores Prof. Guilherme F. W. Radomsky e a Prof^a. Josiane Carine Wedig pela disponibilidade, paciência e atenção, a tutora presencial do Pólo de Cachoeira do Sul Diviane Bernardi pelo amor, dedicação e amizade sincera durante este curso.

Aos meus colegas pelo harmonioso convívio, pelas trocas de experiência, pelos trabalhos que realizamos em grupo, pelo exemplo de vida e de luta de cada um, pela forma de que cada um teve de superar as dificuldades e chegar até aqui.

Agradeço a minha família e amigos pela torcida e confiança de que eu seria capaz.

Agradeço aos meus AMORES: Emanuely, Maria Eduarda e Pedro, que acreditaram em mim, que souberam entender meus momentos de ausência durante os estudos, pelo amor incondicional a mim ofertado. Amo vocês! Esta vitória é nossa!

RESUMO

Este trabalho teve como objetivo identificar e analisar o processo de sucessão na agricultura familiar. Realizaram-se entrevistas com agricultores em dez Unidades de Produção Agrícola – UPA, na localidade de Rincão das Guajuviras, no município de Cachoeira do Sul – RS. Todas as famílias entrevistadas se enquadram dentro do modelo de Agricultura Familiar com produção realizada por pequenos proprietários rurais, tendo como objetivo sua subsistência e renda, e emprega essencialmente a mão-de-obra do núcleo familiar. Neste modelo se desenvolvem a manutenção das atividades produtivas e as relações sociais visando à produção e reprodução da família, que envolvem os recursos econômicos gerados, a forma organizacional de trabalho, de maneira a passar aos seus sucessores o conhecimento necessário para a continuidade da unidade de produção. Durante o andamento deste processo de identificação e análise, que foi realizado através de entrevistas semiestruturadas com as famílias da localidade, fatores como de ordem econômica, social, cultural e estrutural tem relação direta na tomada de decisão para a sucessão geracional na agricultura familiar deste local.

PALVRAS-CHAVES: Agricultura Familiar, Sucessão, Jovem Rural.

ABSTRACT

This study aimed to identify and analyze the process of succession in family farming, focusing on ten Unit Agricultural Production - UPA, at Rincon das Guajuviras within the municipality of Cachoeira do Sul - RS. All households interviewed fall within the model of family farming, which is understood as small landowners, aiming their livelihood and income, and primarily employs the family labor. In this model it is developed the maintenance of productive activities and social relations, aiming the production and reproduction within the family, which involve the economic resources generated, the organizational form of work in order to pass to their successors the knowledge necessary to continue production unit. During the course of this process of identification and analysis, which was conducted through semi-structured interviews with local families, factors such as economic, social, cultural and structural is directly implied in decision making for generational succession in family farming from this location.

PALVRAS KEY: Family Farming Succession, Rural Youth.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	09
1 AGRICULTURA FAMILIAR, SUCESSÃO E JOVEM RURAL.....	12
1.1 Agricultura Familiar	12
1.2 Sucessão Geracional na Agricultura Familiar	14
1.3 O jovem rural.....	16
2 DESCRIÇÃO DO MUNICÍPIO E LOCALIDADE DE ESTUDO.....	19
2.1 Município de Cachoeira do Sul, RS	19
2.2 A localidade de Rincão das Guajuviras.....	21
3 ANÁLISE E RESULTADOS DE PESQUISA: JOVENS RURAIS, MASCULINIZAÇÃO DO ESPAÇO RURAL E POLÍTICAS PÚBLICAS	25
3.1 Descrição das propriedades e as entrevistas	25
3.1.1 Unidade 1.....	25
3.1.2 Unidade 2.....	27
3.1.3 Unidade 3.....	28
3.1.4 Unidade 4.....	29
3.1.5 Unidade 5.....	30
3.1.6 Unidade 6.....	31
3.1.7 Unidade 7.....	32
3.1.8 Unidade 8.....	33
3.1.9 Unidade 9.....	34
3.1.10 Unidade 10.....	35
3.2 Dos resultados das entrevistas	36
3.2.1 Masculinização do campo e as políticas públicas	36
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	41
REFERÊNCIAS	43

INTRODUÇÃO

Uma questão bastante atual dentro da temática do desenvolvimento rural diz respeito à questão da sucessão geracional nas Unidades de Produção Agrícola familiares. O assunto preocupa agricultores, gestores públicos, entidades de classe e lideranças comunitárias e é também objeto de pesquisa acadêmica uma vez que a crescente tendência de abandono dos jovens do campo compromete o futuro da própria agricultura familiar e da produção de alimentos, bem como do meio rural enquanto espaço de vida.

O processo sucessório na agricultura familiar na localidade de Rincão das Guajuviras no município de Cachoeira do Sul – RS, objeto de análise neste trabalho, vai bem além dos aspectos inter e intrageracionais, devendo ser levado em consideração, também os aspectos socioeconômicos, culturais e ambientais deste determinado espaço.

A agricultura familiar se utiliza basicamente da mão-de-obra da própria família e, eventualmente, da mão-de-obra sazonal, como no caso em especial da colheita do fumo, onde os agricultores consorciam as atividades com outras famílias como, por exemplo, amigos, parentes próximos e vizinhos. Este fato depende muito do tamanho da propriedade e do número de integrantes das famílias, visto que, em muitas propriedades o número de integrantes que executam o trabalho produtivo na unidade por vezes é insuficiente para dar conta da demanda, e a contratação de força de trabalho externa torna-se inviável para os rendimentos das famílias e foge da caracterização inicial da propriedade.

Este tipo de agricultura não separa o negócio da família, onde geralmente, o pai detém o processo de decisão dentro da propriedade, fazendo com que haja por parte dos filhos a necessidade de uma diversificação de atividades ou pluriatividade tanto agrícolas como não agrícolas como modo de sobrevivência e de colaboração com o sistema familiar, servindo para complementar a renda e possibilitar investimentos principalmente os tecnológicos dentro da UPA contribuindo nas atividades diárias da unidade.

O presente trabalho busca entender o problema de sucessão geracional nas unidades de produção agrícola familiar desta localidade, já que em algumas delas não há herdeiros diretos para substituir o trabalho dos pais na unidade de produção, e nas que possuem alguns não desejam dar continuidade às atividades produtivas. Neste sentido, o problema de pesquisa que nos colocamos foi identificar os motivos deste esvaziamento das unidades produtivas da localidade de Rincão das Guajuviras, que é considerada uma das principais abastecedoras de produtos agro-familiares vendidos em feiras, supermercados e agroindústrias do município de

Cachoeira do Sul e região. Entendemos que ações visando manter o jovem no campo são necessárias, mas passa em primeira análise pela resposta desta questão problema.

O Curso de Graduação em Planejamento e Gestão para o Desenvolvimento Rural, entre as suas disciplinas proporciona aos discentes dois estágios curriculares, objetivando que o acadêmico possa ter um contato mais próximo com as unidades de produção agrícola e as unidades de produção agroindustrial, e a partir destas oportunidades conhecerem e estreitarem o conhecimento entre o teórico, prático e a realidade local. Desta forma, entre as oportunidades de estreitamento de relações entre a academia e o meio rural enquanto espaço de vida e de produção, foi possível acompanhar o trabalho de uma determinada unidade de produção agrícola na localidade de Rincão das Guajuviras e despertar o interesse em estudar os acontecimentos relacionados a esta comunidade, entre eles o processo sucessório geracional nas propriedades, e identificar e analisar o seguimento produtivo das mesmas.

A sucessão geracional nas unidades de produção agrícola familiar em geral é, de fato, um problema iminente, pois estes produtores são imprescindíveis na produção de alimentos já que, segundo dados do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA,2011) aproximadamente 70% da produção rural nacional provem deste tipo de agricultura e no município de Cachoeira do Sul – RS não é diferente do restante do país, onde a economia agrícola familiar é responsável por alimentar e movimentar o comércio e a indústria local. Sendo assim, é pertinente um estudo capaz de justificar e analisar os fatos responsáveis desta problemática.

A localidade de Rincão das Guajuviras, é distante cerca de 10km do centro da cidade, e os agricultores que ali residem têm contato quase que diário com as atividades urbanas, cabendo dizer que deste modo estamos tratando de uma situação com suas especificidades podendo caracterizar esta localidade objeto de estudo como “Rurbana”, onde segundo o conceito estabelecido por José Graziano da Silva, é utilizado para compreender o processo de urbanização do campo, ou o “novo rural” (GRAZIANO DA SILVA, J. 1997), ou lugar em que se confunde ou se misturam atividades desenvolvidas dentro do espaço rural e as atividades típicas da face urbana. Já Maria José Carneiro (1998) descreve o termo como o surgimento de novas identidades rurais frente à divulgação de valores urbanos, através do acesso aos meios de comunicação e transporte e a conseqüente redução das distâncias entre os extremos. Entretanto, independente da conceituação aplicada por outros autores, Gilberto Freyre (1982) define o conceito de rurbano como a conjugação dos modos de vida entre o rural e o urbano.

A escolha da localidade de Rincão das Guajuviras foi resultante do contato iniciado durante o Estágio Supervisionado I, do curso Plageder desenvolvido pela autora em 2011. Neste período, o convívio com a família de uma UPA e com seus vizinhos despertou o interesse em relação sucessão daquelas unidades, já que em algumas delas possuía e em outras não havia herdeiros para dar continuidades a produção das unidades.

Segundo Fonseca (2002), citado em 2008 por Gerhardt e Silveira, na pesquisa científica se investiga uma pessoa ou um grupo, o qual se denomina como sujeito de investigação. Para o presente estudo, não foi investigado somente a família concedente do Estágio Supervisionado I, mas um grupo de famílias da localidade de Rincão das Guajuviras, Cachoeira do Sul, RS, onde o objeto desta investigação foi à sucessão geracional em 10 unidades de produção agrícola familiar.

Durante a coleta de dados para o presente estudo, foram utilizadas metodologias de pesquisa de campo e bibliográfica. O referencial teórico foi embasado em publicações por meio escrito e eletrônico, ou seja, através de livros, artigos científicos, revistas e websites. E a pesquisa de campo, a qual se caracteriza pela coleta de dados e informações junto aos atores sociais em evidência, foi executada através da realização de entrevista semiestruturada, com a finalidade de apontar dados sobre o processo de sucessão da localidade.

As entrevistas realizadas com as 10 famílias da localidade do Rincão das Guajuviras ocorreram entre os meses de março e abril de 2013. Os dados levantados durante as entrevistas foram fornecidos pais e pelos filhos que estavam na propriedade durante a primeira visita. Em uma segunda oportunidade complementando os dados anteriores, os filhos tiveram maior oportunidade e liberdade de se expressar em relação a continuar ou não nas propriedades.

1 AGRICULTURA FAMILIAR, SUCESSÃO E JOVEM RURAL

Abordar os conceitos de jovem rural, sucessão geracional e agricultura familiar, segundo a luz de muitos autores, faz-se necessário para entender que todos estes conceitos apresentam-se imbricados, revelando a situação em relação a continuidade da agricultura familiar não somente na localidade do Rincão das Guajuviras, como também, na região, estado e país. Visto a utilidade destes conceitos, percebe-se que a agricultura familiar depende da sucessão geracional dos jovens rurais para manter-se no campo como uma das fontes da segurança alimentar, conforme discurso de Graziano Silva (BRASIL, 2012).

1.1 Agricultura Familiar

A agricultura familiar teve seu conceito formalizado a partir da Lei 11.326, aprovada pelo Congresso Nacional e sancionada pelo presidente da República em 24 de julho de 2006, a qual considera:

[...] agricultor familiar e empreendedor familiar rural aquele que pratica atividades no meio rural, atendendo, simultaneamente, aos seguintes requisitos: I - não detenha, a qualquer título, área maior do que 4 (quatro) módulos fiscais; II - utilize predominantemente mão-de-obra da própria família nas atividades econômicas do seu estabelecimento ou empreendimento; III - tenha renda familiar predominantemente originada de atividades econômicas vinculadas ao próprio estabelecimento ou empreendimento; IV - dirija seu estabelecimento ou empreendimento com sua família (Brasil, 2006).

Levando em conta o atendimento de tais requisitos, inclui ainda nesta categoria:

[...] silvicultores que cultivem florestas nativas ou exóticas e que promovam o manejo sustentável daqueles ambientes; [...] aquícultores que explorem reservatórios hídricos com superfície total de até 2 ha (dois hectares) ou ocupem até 500m³ (quinhentos metros cúbicos) de água, quando a exploração se efetivar em tanques-rede; [...] extrativistas pescadores que exerçam essa atividade artesanalmente no meio rural, excluídos os garimpeiros e fiscoadores (Brasil, 2006).

Dentro desta conceituação legal da agricultura familiar, visualizam-se critérios que referem o tamanho da propriedade, a utilização da mão-de-obra familiar como geradora da renda e gestão da propriedade.

A agricultura familiar de acordo com estudo realizado em convênio de cooperação técnica entre duas importantes organizações Organização das Nações Unidas para a Alimentação e Agricultura (FAO) e o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) define esta atividade a partir de três características centrais:

a) a gestão da unidade produtiva e os investimentos nela realizados são feitos por indivíduos que mantêm entre si laços de sangue ou casamento; b) a maior parte do trabalho é igualmente fornecida pelos membros da família; c) a propriedade dos

meios de produção (embora nem sempre da terra) pertence à família e é em seu interior que se realiza sua transmissão em caso de falecimento ou aposentadoria dos responsáveis pela unidade produtiva (INCRA/FAO, 1996: 4).

Para Costa, o termo agricultura familiar pode ser caracterizado como uma variedade de atores que possuem em comum sua ligação com o campo, utilizando-se de recursos naturais em suas atividades agrícolas, a qual dispõe do emprego da mão-de-obra familiar. Segundo dados do INCRA/FAO (1998 *apud* COSTA, 2006):

O processo se organiza com base em relações de parentesco, coordenado pelo pai que assume o papel de chefe do processo produtivo por ser o detentor de um saber agrícola que se dá também na prática cotidiana, da qual participam um ou mais membros familiares. Trata-se de um saber-fazer que será transmitido aos filhos através das atividades agrícolas, cujo processo trata de inserir os filhos na lógica de um trabalho e produção envolvendo a sua preparação para que no futuro, possam assumir definitivamente a propriedade familiar (COSTA, 2006, p. 17-18)

Para o Diretor-geral da FAO, Graziano Silva, em declaração ao blog do Planalto (BRASIL, 2012) sobre a agricultura familiar, este considera que: “A agricultura familiar é um conceito que vem evoluindo. Ela não é um problema. Ela é parte da solução. Na América Latina não pode haver segurança alimentar sem um apoio massivo e decisivo à agricultura familiar” e ainda destacou que inclusive a Fundação Bill Gates reconheceu recentemente este conceito. Certamente o diretor estava referindo-se aos dados do censo Agropecuário do IBGE em 2009, o qual mostrou que no país há 4,3 milhões de estabelecimentos agropecuários da agricultura familiar, que correspondem a 84% do total de módulos agrícolas, e são 12 milhões de pessoas que ocupam apenas 24% da área agricultável brasileira, mas correspondem a 38% da renda bruta do campo. Tais dados não deixam dúvidas quanto à importância da agricultura familiar na economia do país, fazendo um comparativo à agricultura patronal que gera por ano R\$ 358,00 por hectare, enquanto a agricultura familiar alcança R\$ 677,00 por hectare, sendo por tanto, 89% mais produtiva e respondendo por 10% de todo Produto Interno Bruto(PIB).

Apesar desta importante contribuição social e econômica, a agricultura familiar tem encontrado muitas dificuldades em garantir a permanência do jovem no campo. Segundo Camarano e Abramovay (1998) a faixa etária a sair do campo na década de 90 concentrava-se entre os jovens com idades até 24 anos, onde a proporção de moças em relação aos rapazes era bem maior.

O Rio Grande do Sul presenciou no período de 1991 e 2010, uma diminuição de 548.490 habitantes no meio rural, segundo dados do IBGE (2010). E em 2000, os dados revelam que apenas 16% da população rural que residia no estado gaúcho era considerada jovem. Na comparação aos dados deste instituto, isto significa que existem menos jovens

residindo no campo no Rio Grande do Sul do que no Brasil que tem média percentual de 20% aproximadamente. No entanto, avançando nas comparações dos dados de IBGE (2000) a proporção de moças (46,6%) e a de rapazes (53,4%) que vivem no Rio Grande do Sul e no Brasil é semelhante (46,4% de moças e 53,6% de rapazes).

Esta situação reforça a ideia de que os filhos não desejam permanecer no campo no lugar dos pais, na condição de sucessores ou de gestores da propriedade. Segundo Silvestro e Cortina (1998), é crescente o desejo de filhos e filhas em não reproduzir a ocupação dos pais, implicando no crescente esvaziamento demográfico, cultural e econômico de regiões onde predominam a agricultura familiar.

1.2 Sucessão Geracional na Agricultura Familiar

A agricultura familiar subentende-se agricultura desenvolvida dentro do núcleo familiar, desta forma é entendida como uma estrutura capaz de absorver valores, identidades e participação no processo de reprodução social, onde, segundo Carneiro (2000) nesta dinâmica das relações familiares não se pode analisar de forma dissociada os sistemas de parentesco, nem a racionalidade econômica ou a divisão do trabalho.

Para Mello et al. (2003) o processo sucessório na agricultura familiar está intimamente ligado à figura paterna e ocorre, primeiramente em razão da perda da capacidade de gerenciamento da unidade pelos pais do que pelas necessidades dos filhos ou de fatores econômicos e de desenvolvimento das atividades produtivas. O mesmo autor refere em resultado de pesquisa realizada em 2003, no Oeste de Santa Catarina que 36% dos pais entrevistados afirmam que a sucessão ocorrerá quando não tiverem mais condições de dirigir a propriedade, enquanto 45% dos filhos responderam que a sucessão da unidade deverá ocorrer quando o sucessor (filho) tiver a capacidade de gerenciar de forma autônoma.

Para Spanevello (2008), para assegurar a reprodução das unidades de produção agrícola familiar é necessário à transferência do controle das mesmas para a geração atual, desta forma dando continuidade a agricultura familiar preservando o patrimônio e suas raízes no campo.

A agricultura é uma ocupação que busca assegurar a continuidade do patrimônio da família através da transmissão aos seus descendentes. A lógica da sucessão baseia-se na necessidade de manter o patrimônio familiar representado pela terra. Para manter assegurada essa lógica, os agricultores buscam entre seus filhos um sucessor para o seu patrimônio. Neste sentido, além de ter sucessor é preciso levar em conta o encaminhamento do estabelecimento aos filhos e a forma de transmissão de patrimônio (SPANEVELLO, 2008, p.22).

A reprodução social na agricultura familiar, segundo Wanderley (2001), tem como foco garantir a sucessão dos filhos e filhas. Muito embora a atividade agrícola seja uma opção aberta para indivíduos de diversas origens sociais (rural ou urbana), conforme Champagne (1986a), o ingresso na ocupação agrícola continua a ser, em grande parte, por indivíduos do próprio meio rural, através do processo conhecido como endoreprodução, ou seja, na agricultura familiar as novas gerações de agricultores são frutos de famílias rurais principalmente.

A formação de novas gerações na agricultura envolve um processo que abarca a sucessão profissional (administração do negócio), a transferência legal da propriedade da terra e dos ativos existentes, e a aposentadoria da geração atual, viabilizando a transferência do trabalho e do poder sobre os ativos que compõem a unidade produtiva para a geração seguinte (GASSON & ERRINGTON, 1993 *apud* Abramovay et alii, 1998). E também, a viabilidade econômica do empreendimento, as oportunidades, a qualificação necessária ao novo agricultor e as estratégias de obtenção de rendas complementares às atividades agrícolas, as relações de gênero, a escolha profissional e a valorização da profissão de agricultor, bem como a apreciação da vida no campo, são fatores que interferem na formação de novas gerações de agricultores (BRUMER, 2004).

Historicamente até o final da década de 60, o padrão de reprodução social nas unidades familiares estava baseado no minorato ou ultimogenitura, que é a transferência da propriedade paterna para o filho mais novo, ficando no compromisso de manter os cuidados aos pais na velhice. Por outro lado, a família se organizava com relação a sua reprodução e dos filhos não contemplados com a propriedade paterna, através da utilização de todos os meios materiais e de força de trabalho, buscam instalar os filhos não contemplados em outras unidades produtivas através da compra de terras ou de lotes, próximos a propriedade dos pais ou em outras regiões (MELLO *et al*, 2003).

Este padrão sucessório prevalece até o final de 60, onde começa a se esgotar e seus fatores de influência estão nas limitações enfrentadas, pois a partir deste momento, os filhos passam a não mais desejarem reproduzir o padrão de vida dos pais, inviabilizando a formação de novas unidades produtivas. Outro fator que influenciou no processo sucessório está ligado a falta de preparação ou de planejamento prévio da maioria das famílias sobre os acertos e definições sobre a sucessão das unidades. (MELLO *et al*, 2003).

A sucessão não ocorre de forma instantânea, e o que se apresenta na atualidade é como um processo lento e gradual, sendo necessário que este processo se inicie o mais cedo possível, onde, neste decorrer aconteça um planejamento baseado no debate dentro da família

e estabeleça os objetivos e estratégias, que consolidarão a transferência da unidade produtiva a outro administrador. A continuidade desta unidade de produção depende desta passagem gradual de responsabilidade e patrimônio de uma geração para outra geração (MIRALHA e HESPANHOL, 2003 *apud* AHLERT, 2009).

Para Woortmann (1990) a família, trabalho e terra formam um sistema integrado que não podem ser considerados de forma separada. Comungando deste pensamento Wanderley (1999) considera que, as estratégias de reprodução do produtor familiar é utilizar os recursos de que dispõe no estabelecimento familiar e que aprendeu dominar com o passar do tempo: terra, trabalho e família.

Desta forma a associação de trabalho, produção e família, bem como os investimentos de recursos econômicos e de trabalho, e os resultados obtidos, estão voltados para que ocorra a sobrevivência da geração atual e possam ser transmitidos para as futuras gerações (WANDERLEY, 2001).

Continuando com suas afirmações Wanderley (2001) considera que

[...] as estratégias da família em relação à constituição do patrimônio fundiário, à alocação dos seus diversos membros no interior do estabelecimento ou fora dele, a intensidade do trabalho, as associações informais entre parentes e vizinhos, etc., são fortemente orientadas por este objetivo a médio ou longo prazo, da sucessão entre gerações. Combinando os recursos de que dispõe na unidade de produção com aqueles os quais pode ter acesso fora do estabelecimento - em geral, atividades complementares, temporárias e intermitentes -, a família define estratégias que visam, ao mesmo tempo, assegurar sua sobrevivência imediata e garantir a reprodução das gerações subseqüentes (WANDERLEY, 2001, p.27).

Em decorrência deste processo sucessório não ocorrer instantaneamente, e de existirem vários fatores que contribuem para que ocorra um aumento significativo do número de homens no campo, como sucessor das unidades de produção, Paulilo (2000) menciona a existência de um padrão sucessório, principalmente nas propriedades de colonização italiana e alemã, onde são principalmente os filhos que herdam a terra, enquanto a filha se torna agricultora pelo casamento.

1.3 O jovem rural

Em análise sobre a juventude rural, Durtson (1994), discorre sobre o futuro destes jovens dentro da sucessão geracional: “a coorte que terá que protagonizar logo as transformações já iniciadas, que continuarão durante a próxima década e que definirão as condições de existência de várias futuras gerações rurais” (DURSTON, 1994, p.14).

Segundo este autor, para entender os desafios da juventude rural faz-se necessário abordar quatro pontos importantes:

Primeiro seria a respeito do questionamento se realmente existiria uma juventude rural: “questiona-se sua existência na literatura sociológica latino-americana, pelo fato de as exigências da vida agrícola e da pobreza obrigam a maioria da população rural a assumir responsabilidades adultas muito cedo, inclusive a partir da meninice” (DURSTON, 1994, p.15).

Segundo, aborda o ponto em questão da importância de não se considerar todos os jovens rurais como agricultores,

(...)a metade ou mais dos jovens rurais que trabalham na agricultura o fazem principalmente como assalariados (até 80% em alguns países) e entre 20 e 40% dos jovens rurais ativos nem sequer trabalham na agricultura, e sim numa ampla gama de outras ocupações que vão desde pedreiro até mesmo mestre escolar (DURSTON, 1994, p.15).

Terceiro ponto a entender, diz respeito às perspectivas dos jovens quanto ao futuro e as oportunidades, “Os jovens rurais têm tanto um pensamento como uma ação estratégica. Isto é relevante para a política social rural, cuja principal prioridade deveria ser simplesmente abrir-lhes oportunidade...” (DURSTON, 1994, p.15).

E como quarto ponto, considerado o mais importante sob a luz dos estudos ao tema, refere à valorização do conhecimento e da capacitação da juventude rural. Para o autor, dar ao jovem o papel de protagonista no desenvolvimento rural pode ser a opção que muitos necessitam para não abandonarem a agricultura, “... os jovens rurais de hoje têm conhecimentos e capacidades suficientes para se constituírem no principal motor de desenvolvimento rural...” (DURSTON, 1994, p.15). Neste sentido o autor considera que os jovens estão de certa forma preparados para assumir seus papéis de atores sociais dentro do processo de desenvolvimento rural, uma vez que, quando decidem permanecer nas unidades e participar dos processos decisórios das mesmas tomam-se capazes realizarem mudanças sociais sem necessitarem de interferências do Estado ou de entidades externas à unidade.

Este papel de valorização e capacidade do jovem rural esbarra na inviabilidade de suas contribuições enquanto possível agente de desenvolvimento rural, pois segundo Reuben (1990), a primeira barreira deste jovem é de ordem cultural e esta associada aos conflitos dos jovens na família. Neste caso, o jovem não consegue ser ouvido em seu ambiente familiar, onde a estrutura patriarcal ainda existente na maioria das áreas rurais acaba limitando o acesso dos jovens a manifestações e até mesmo na tomada de decisões.

Em pesquisa realizada no oeste de Santa Catarina, Silvestro (1998) constata que “... a iniciativa dos jovens vivendo hoje no interior da agricultura familiar encontra-se fortemente inibida, não só por razões econômicas, mas também pela natureza da relação entre gerações e entre gêneros” (SILVESTRO, 1998, p.8).

Segundo Durston (1999), deveriam se criar novas estratégias para anular a invisibilidade que caracteriza o jovem na agricultura, pois os jovens são invisíveis para a grande maioria dos projetos públicos de combate à pobreza rural, são invisíveis para as organizações que tratam do tema no setor urbano e também para os próprios sociólogos, que em suas pesquisas que referem aos jovens, acabam por esquecer que existe o jovem rural.

As contribuições dos autores citados neste capítulo teórico se relacionam à realidade das famílias entrevistadas nesta pesquisa, como o tamanho das áreas utilizadas para cultivo e os tipos de cultivos destas áreas, bem como a mão-de-obra utilizada na manutenção destas propriedades afirma através de suas características e confirma o conceito citado pelos autores. O conceito de sucessão geracional vem ao encontro dos motivos mencionados pelos agricultores do processo decisivo de ficar ou não nas unidades, e as influencias no decorrer deste processo, tanto internas como externas, e que fazem o jovem rural e em especial as mulheres optarem por outros recursos que não seja de permanecer nas unidades, seja em razão do trabalho rudimentar na unidade ou a possibilidade de empregarem-se na cidade em atividade que exijam menos esforço, como poderá ser conferido na seqüência deste trabalho.

2 DESCRIÇÃO DO MUNICÍPIO E LOCALIDADE DE ESTUDO.

2.1 Município de Cachoeira do Sul, RS

O município de Cachoeira do Sul, RS, está localizado na região Central do Rio Grande do Sul. Este município possui área de 3.735 km², com população de 83.827 habitantes, onde 3.241 km² delimitados em área rural, com população de 12.127 habitantes em 3.341 unidades agropecuárias, conforme dados do IBGE (2010).

Tabela 1
População de Cachoeira do Sul. Período 1980 – 2010

		1980	1991	2000	2010
Total	Total	93.341	89.148	87.873	83.827
	Urbana	62.105	71.510	74.119	71.700
	Rural	31.236	17.638	13.754	12.127
Homens	Total	46.044	43.294	42.698	40.378
	Urbana	29.664	34.027	35.468	34.076
	Rural	16.380	9.267	7.230	6.302
Mulheres	Total	47.297	45.854	45.175	43.449
	Urbana	32.441	37.483	38.651	37.624
	Rural	14.856	8.371	6.524	5.825

Fonte IBGE – 2010 (censo demográfico)

Conforme a tabela 1, entre o período de 1980 e 2010 houve uma redução populacional no município de Cachoeira do Sul de aproximadamente 10% no total, onde em 1980 era de 93.341 habitantes e em 2010 passou para 83.827. Pode ser observado, que neste período houve uma grande queda populacional na zona rural que foi superior a 19.109, onde, em 1980 era de 31.236 habitantes e em 2010 diminuiu para 12.127 representando um percentual de aproximadamente 38,82% em um espaço de tempo de 30 anos. Desta forma, faz-se necessário para entender este processo trazer um pouco da história do município e a localização da comunidade traçando um parâmetro entre o passado e o presente.

A história do município inicia-se no período de disputas entre Portugal e Espanha pela tomada da região meridional do Brasil. Nestas disputas são firmados acordo, entre eles o Tratado de Madri em 1750, garantindo a posse das terras a Portugal. A partir desta data a região foi ocupada por soldados portugueses e descendentes de açorianos. Em 1769, Índios

Guaranis foram remanejados para um local chamado de Aldeia, com objetivo de fornecer mão-de-obra a nova povoação juntamente com os negros escravos (PREFEITURA MUNICIPAL, 2013).

A imigração alemã somente ocorreu a partir de 1857, onde estes imigrantes se dedicaram primeiramente à agricultura, trazendo importantes técnicas de plantio e contribuindo para o desenvolvimento da região (hoje município de Agudo), e conseqüentemente expandindo-se financeiramente rumam à cidade para dedicar-se ao ramo de comércio e da indústria (PREFEITURA MUNICIPAL, 2013)

Os primeiros italianos chegaram ao município em 1880, na localidade de Cortado, zona rural qual pertenceu até 1995 a Cachoeira do Sul, e hoje é parte integrante do município de Novo Cabrais, e próximo à localidade de Rincão das Guajuviras, local de estudo deste trabalho. Além destes dois povos, várias outras etnias imigraram para o município: árabes, japoneses, judeus e palestinos, segundo arquivo histórico da cidade (PREFEITURA MUNICIPAL, 2013).

O município de Cachoeira do Sul localiza-se em uma região de relevo plano ou suave ondulado, com predomínio de coxilhas no norte e no sul e de várzeas aluviais no centro, com a presença abundante de água superficial e subterrânea (ATLAS SOCIOECONÔMICO DO RS, 2013).

Os limites geográficos ficam ao Norte com os municípios de Novo Cabrais e Paraíso do Sul, ao Leste com Candelária e Rio Pardo, ao Oeste com Restinga Seca e São Sepé e ao Sul com Caçapava do Sul, Santana da Boa Vista e Encruzilhada do Sul. O município está inserido na Mesorregião da Metade Sul do Rio Grande do Sul. Possui ligação asfáltica com Porto Alegre (190 km), Santa Cruz do Sul (90km) e Santa Maria (110 km) (ATLAS SOCIOECONÔMICO DO RS, 2013).

Figura 1 – Mapa dos limites geográficos de Cachoeira do Sul



Fonte: Google maps. Acesso em 14 de maio de 2013.

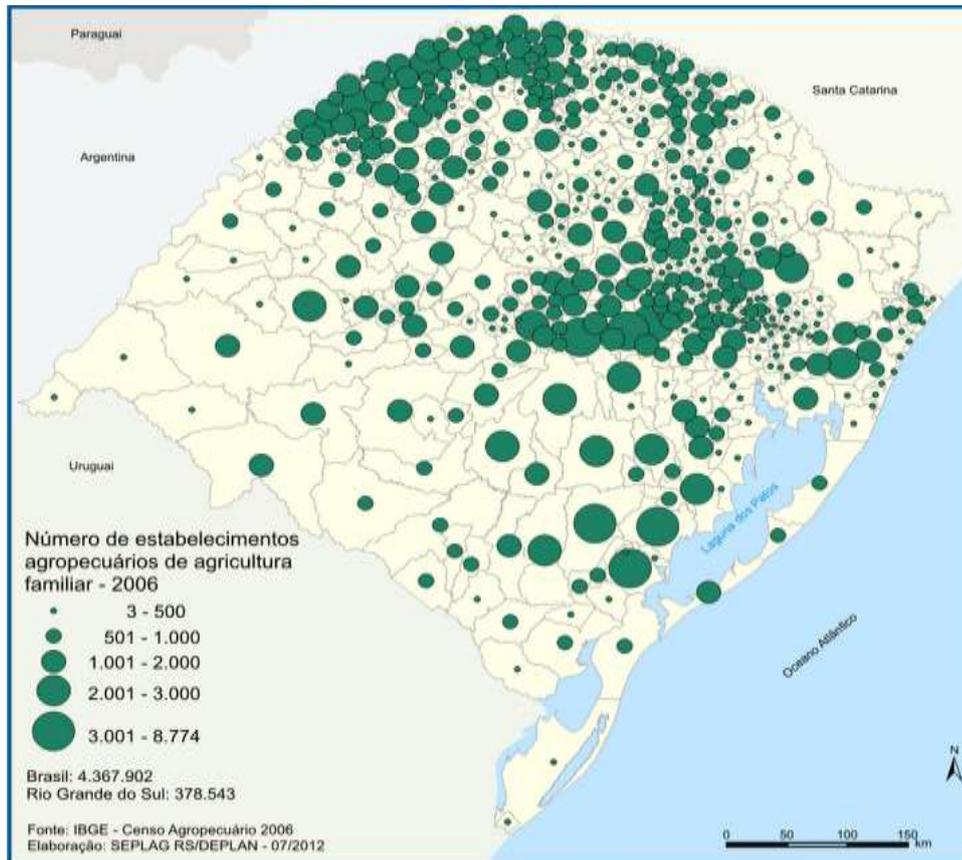
Devido suas características geográficas e de suas terras férteis, Cachoeira do Sul é um município de atividades primárias, apresentando referenciais de produtividade agrícola acima da média estadual, com destaques para o cultivo do arroz, e plantéis genéticos na pecuária, de reconhecimento nacional. Nos últimos anos a cidade vem fortalecendo seu potencial industrial e de serviços, levando-se em conta os processos de apoio às iniciativas locais, bem como articulando a entrada de novas empresas.

2.2 A localidade de Rincão das Guajuviras

A comunidade de Rincão das Guajuviras está localizada na porção norte do município de Cachoeira do Sul, distante 15 km do centro da cidade e sua economia é baseada na agricultura familiar, fazendo parte da cadeia produtiva de hortifrutigranjeiros e fumicultura (ATLAS, 2013).

Conforme figura 2, a seguir, pode-se observar que o município de Cachoeira do Sul, está inserido segundo IBGE 2006, entre os municípios com números superior a 3 mil estabelecimentos agropecuários de agricultura familiar, e a localidade de Rincão das Guajuviras está entre as que mais se destaca, principalmente em relação a fumicultura e hortifruticultura, conforme Prefeitura Municipal (PREFEITURA, 2013).

Figura 2 – Mapa estabelecimentos agropecuários de agricultura familiar 2006



Fonte: Atlas Socioeconômico do RS, 2013

As unidades de produção agrícola familiares desta localidade têm solo classificado como argiloso, de baixa fertilidade natural, apresentando uma vegetação predominante de campos limpos com tapetes herbáceos baixos e densos com a presença de matas remanescentes, constituindo uma zona agrícola de uso intensivo e suscetível à erosão e degradação. O relevo apresenta-se de ondulado a fortemente ondulado, com os índices isométricos que variam entre 100 e 200 metros. O clima subtropical com suas estações bem definidas registra nesta localidade no inverno ocorrência de geadas e temperaturas de até -5°C , e durante o verão até 40°C de elevação. A precipitação pluviométrica da localidade fica entre 1600 e 1700 mm/ano (PREFEITURA MUNICIPAL, 2013).

O sistema produtivo das unidades é baseado na agricultura familiar de origem colonial, caracterizados pela descendência alemã devido à aproximação das colônias vizinhas. Os produtores desta área são considerados mais flexíveis às novidades tecnológicas e se utilizam destas e da mão-de-obra familiar para a manutenção das unidades. Grande parte das atividades econômicas ali desenvolvidas, é para o sustento e manutenção da família, com os excedentes de produção sendo destinados a venda na cidade, com exceção para o fumo que

serve para comercialização direta com as fumageiras. As áreas das unidades têm em média de 15 a 22 hectares, facilitando aos produtores o acesso ao crédito, usufruindo de políticas públicas diferenciadas e voltadas a agricultura familiar.

Quanto à infra-estrutura, a localidade conta com acesso ao transporte público e privado, energia elétrica, abastecimento de água, estradas em boas condições de trafegabilidade e utilização de telefonia móvel, o que torna a localidade uma extensão da cidade, autenticando o conceito atribuído por Gilberto Freyre (1982) ao Rurbano como sendo a conjugação dos modos de vida entre o rural e o urbano, tornando-se por vezes um dos motivos de saída do jovem do espaço rural, ou também para sua permanência, dependendo do ponto de vista de cada um.

As propriedades são administradas e mantidas com a força do trabalho humano (UTH) das famílias, utilizando em torno de 12 à 14h/dia de dedicação a produção agrícola, por vezes se utilizando de recursos tecnológicos como tratores, roçadeiras, plantadeiras e máquinas manuais para a execução dos trabalhos que a unidade exige, e desta forma, esta exigência pode tornar-se uma dos motivos para tomada de decisão referente a o processo sucessório nas unidades.

A contratação de algum ajudante ocorre quase que unicamente durante a colheita do fumo, onde são contratados diaristas para ajudar na colheita das folhas, costura nas varas e acomodação dentro dos fornos de secagem. As famílias da localidade contam durante a colheita do fumo, com a colaboração de parentes e vizinhos na manutenção da propriedade como forma de consorciamento de trabalho, ou em forma de mutirão, como recurso na redução de gastos com contratação de mão-de-obra sazonal.

A produção de hortifrutigranjeiros é destinada à feira livre do município, para o convênio da merenda escolar, redes de supermercados e armazéns e também para o abastecimento da família, segundo informações das famílias entrevistadas e da Secretaria da Agricultura (PREFEITURA MUNICIPAL, 2013).

A partir dos dados é possível visualizar uma situação real da localidade do Rincão das Guajuviras, onde as famílias desenvolvem agricultura de subsistência, produção de hortifrutigranjeiro e fumo, e que a comunidade é bastante próxima a cidade o que pode ser um dos fatores que influenciam na tomada de decisão dos jovens rurais, em permanecer ou não, na atividade dos pais.

Esta proximidade com a cidade, também pode ser um dos fatores que leva principalmente as jovens rurais em não querer permanecer nas unidades de produção familiar, uma vez que o acesso a educação na zona urbana, pode de um modo geral proporcionar uma

condição de vida diferente da dos pais. Já para o jovem rural, a continuidade nas atividades agrícolas é visivelmente cultural, onde os filhos seguem os passos dos pais, gerando um fenômeno de masculinização no campo.

Fato que, de acordo com o censo IBGE (2010), tabela 1, é possível verificar uma média de 9,7% a mais da permanência de homens em relação a mulheres, onde em 1980 apresenta um percentual de 9,32%, em 1991 temos um percentual de 9,67%, em 2000 apresenta um percentual de 9,76% e em 2010 podemos observar um decréscimo desta diferença, ficando em 7,56% a mais de homens do que mulheres na zona rural de Cachoeira do Sul.

3 ANÁLISE E RESULTADOS DE PESQUISA: JOVENS RURAIS, MASCULINIZAÇÃO DO ESPAÇO RURAL E POLÍTICAS PÚBLICAS

O espaço rural vem sendo percebido atualmente não somente como um espaço de produção, mas também como um local de vivência e convivência, e a agricultura familiar e as unidades de produção agrícola evidenciam claramente estas mudanças. Endossando esta afirmação, muitas famílias deste meio se organizam e se utilizam de recursos onde alguns membros desenvolvem atividades não agrícolas, ou seja, fora da propriedade como forma de aumentar a participação econômica na unidade, mas continuam residindo no local (SCHNEIDER, 2009). Enquanto outros saem definitivamente do espaço rural casando-se com alguém que reside na cidade ou vão trabalhar na cidade e não mais retornam ao meio rural, engrossando a problemática do êxodo rural e da sucessão geracional.

Um dos motivos que podem influenciar nesta tomada de decisão pode estar relacionado às características da agricultura familiar, que normalmente é caracterizada por possuir pequenas áreas e não ter espaço para que todos permaneçam na propriedade, o que força o patriarca a utilizar-se de estratégias em relação à sucessão familiar, caso típico deste modo de agricultura (CARNEIRO, 2000), entre muitos outros fatores conforme análise a seguir.

A pesquisa de campo realizada na localidade de Rincão das Guajuviras, Cachoeira do Sul, RS, teve como objetivo identificar e analisar a situação da sucessão geracional de agricultores familiares da localidade. Examinaram-se os fatores que influenciariam a permanência ou o abandono do meio rural sob a ótica dos pais e de seus possíveis sucessores. Na sequência será abordada a discussão e os resultados da pesquisa de campo realizada com as famílias do Rincão das Guajuviras, Cachoeira do Sul, RS.

3.1 Descrição das propriedades e as entrevistas

3.1.1 Unidade 1

A unidade 1 é composta somente pelo casal, ele com 55 anos e ela com 52 anos. O casal reside neste local há aproximadamente 30 anos e não possui filhos. As terras, cerca de 15 hectares, foram herdadas do pai dela, e o casal deu continuidade às atividades na unidade produtiva familiar. Neste espaço é produzido fumo para comercialização direta com as fumageiras e hortifrutigranjeiros para consumo e para venda na feira livre municipal.

A propriedade conta com boa infraestrutura, com moradia em boas condições e com fornecimento de energia elétrica através da companhia de eletrificação rural, água encanada fornecida pelo poço artesiano da propriedade, telefonia celular, e muitos recursos tecnológicos para a residência como televisão, aparelho de dvd, micro-sistem, geladeira, freezer, micro-ondas, panificadora, climatizador, entre outros aparelhos que não são considerados como luxo para o casal, mas como necessários para contribuir para o lazer e descanso.

Possuem dois galpões, um destinado às atividades da fumicultura e outro destinado a guardar os equipamentos e tecnologias utilizadas na manutenção da propriedade, como tratores, roçadeira, arados, etc. Além, dos galpões contam com espaço para a criação de porcos, galinhas e o estábulo para abrigar a pequena criação de gado leiteiro.

A família possui um automóvel que é utilizado no transporte das mercadorias para a cidade nos dias de feira e também para passeio, já que muitos parentes residem na zona urbana e em outras cidades.

A divisão das tarefas na unidade de produção agrícola ocorre da seguinte maneira: cabe a esposa as tarefas domésticas, o que não lhe isenta das demais tarefas da unidade. Ela e o esposo desenvolvem juntos os trabalhos na propriedade a partir das 6h da manhã com a ordenha do gado leiteiro, a alimentação dos animais da propriedade, as lidas na lavoura de fumo e na produção dos hortifrutigranjeiros, que se encerram por voltas das 18h, totalizando uma carga horária de aproximadamente 12 a 14 horas por dia.

A condição socioeconômica do casal é considerada boa, para eles, os rendimentos provenientes da fumicultura e da produção da horta suprem as suas necessidades financeiras. Segundo eles, os gastos na unidade são pequenos, já que basicamente a alimentação vem da produção da propriedade.

A esposa considera que:

graças a Deus temos de tudo um pouco aqui pra comer e beber, e a saúde estando boa dá pra levar, problema é quando tem que gastar com médico e remédio, o nosso medo é que a idade tá pegando.

Como este casal não possui herdeiros, eles não sabem o destino da unidade já que a sucessão na agricultura familiar a reprodução social está atrelada à sucessão profissional, segundo Spanevello e Lago (2007), ou seja, depende que um ou mais filhos permaneçam na unidade e assumam a condição de sucessores. O casal acredita que os sobrinhos cujos pais também são agricultores, possam assumir a unidade e continuar a produção.

3.1.2 Unidade 2

A unidade 2 é composta pelo casal, ele com 62 e ela com 59 anos, possuem dois filhos que não estão mais residindo na unidade, um filho com 35 e uma filha com 28 anos. Eles residem no local há aproximadamente 38 anos, quando casaram e receberam dos pais da agricultora a propriedade como herança.

A propriedade conta com boa infraestrutura, tal como a unidade 1, com fornecimento de energia elétrica através da companhia de eletrificação rural, água encanada fornecida pelo poço artesiano da propriedade, telefonia celular, e muitos recursos tecnológicos para a residência.

A infraestrutura para as atividades agropecuárias também é considerada boa, contando com trator, roçadeira e equipamentos para facilitar o processo agrícola da unidade. Estes equipamentos são guardados em instalações cobertas (galpões) ao lado da estufa utilizada para a secagem do fumo, produto que efetuam a venda direta a fumageira, sem atravessadores, *“assim se perde menos dinheiro”*, diz o chefe da família.

A produção de hortifrutigranjeiros é utilizada para consumo, para a venda na feira livre municipal, para pequenos mercados na zona urbana e ainda, *“vai alguma coisa pra casa dos filhos”* segundo a agricultora.

Dos produtos animais obtidos com a criação de porco, galinha e do gado leiteiro são utilizados para subsistência e também são divididos com os filhos, pois, segundo a mãe, na cidade estas coisas são caras e pesam no bolso. Também, o leite retirado durante a semana é acondicionado em garrafa e congelado, e no final de semana quando o marido vai pra cidade para a feira, deixa na casa dos filhos.

Os pais relatam que o filho, que é o mais velho, foi para a cidade para servir ao exército e depois de dar baixa (quando finalizou o tempo de serviço militar), já tinha namorada e ficou na cidade trabalhando com serviços gerais em algumas empresas da área urbana. Passado algum tempo do namoro resolveu casar, mas hoje trabalha em uma empresa voltada para a área rural, o que faz os pais acreditar que quando ocorrer o processo de sucessão ele poderá voltar, pois segundo eles, a unidade produz o suficiente para se manter, mas não tem como pagar um salário para que os sucessores permaneçam nela. Carneiro (2000) analisa esta situação como desestimulante aos jovens *“na medida em que a renda obtida pela unidade de produção camponesa é indivisa, ou seja, não se remunera individualmente a mão-de-obra,”* (CARNEIRO, 2000, p. 160), assim, os filhos acabam se desinteressando de permanecer na unidade.

A filha, segundo os pais, está casada e reside na cidade, “*esta não volta mais pra cá, já tem a vida dela*”. Continuando, a mãe diz que o genro tem um bom emprego na cidade e nenhuma vocação para o campo, e que a filha foi para cidade para continuar os estudos e agora que já tem uma filha e não pretende retornar mais para o interior.

O casal observa que a sucessão somente irá ocorrer quando eles não tiverem mais como administrar a propriedade, e que isto, se depender da vontade deles e da saúde, irá demorar um pouco ainda. Sob esta ótica Silvestro (1998) analisa que “[...] a iniciativa dos jovens vivendo hoje no interior da agricultura familiar encontra-se fortemente inibida, não só por razões econômicas, mas também pela natureza da relação entre gerações e entre gêneros” (SILVESTRO, 1998, p.8), sendo assim os que pretendem retornar encontram barreiras quanto a autonomia dentro da unidade.

3.1.3 Unidade 3

A unidade produtiva 3 é composta pelo casal, ele com 42 e ela com 37 anos. Possuem 5 filhos com idades de 04, 06, 12, 19 e 20 anos. Destes, somente os menores permanecem na unidade produtiva familiar.

Esta unidade produtiva agrícola foi herança de família do agricultor, e sua produção se resume à subsistência. O casal possui uma pequena área onde produz hortaliças para consumo próprio, criam algumas galinhas e duas vacas leiteiras.

A infraestrutura da propriedade é considerada razoável, com abastecimento de energia elétrica, água encanada, e utensílios domésticos.

O pai exerce atividades externas a propriedade, caracterizando pluriatividade, pois faz alguns “bicos” na cidade e trabalha em outras unidades prestando serviço na época da colheita do fumo. A esposa presta serviços domésticos e cuida dos filhos menores e da criação dos animais da propriedade.

Os filhos menores estudam em escola próxima a unidade familiar e contam com transporte escolar municipal para o deslocamento. Em razão da baixa renda apresentada pela família eles recebem bolsas federais, o que contribui na manutenção econômica da família. O filho maior (19 anos) está prestando serviço militar, este deseja voltar para a unidade de produção agrícola tão logo finalize o período obrigatório no exército. Este, durante a entrevista, demonstrou interesse em dar continuidade ao trabalho agrícola da propriedade e colocar em prática alguns projetos, entre eles a possibilidade de acessar algumas políticas públicas para o fortalecimento da agricultura, pois precisaria fazer um poço artesiano na

propriedade para poder realizar irrigação para a produção de hortifrutigranjeiros que pretende implantar. O jovem também revelou, durante a conversa que não sabe como fazer para obter os financiamentos que precisaria para dar continuidade à unidade, demonstrando claramente que as comunidades rurais, principais interessadas nestas políticas não sabem como acessá-las.

A filha maior já está casada, não reside na unidade dos pais e sim, na unidade dos pais do marido, onde desempenham atividades agropecuárias.

Para o casal desta unidade, o processo sucessório já esta definido, pois enquanto os filhos menores não tiverem capacidade de participar na administração da unidade o filho mais velho será o responsável pela unidade, *“mesmo que a gente seja novo ainda, mas a gente tem pouco estudo, então os filhos que sabem mais tem que tocar as coisas pra poder ir pra frente”*, resume o pai.

O motivo para permanência é em relação as dificuldade da vida urbana, relata o filho, *“se aqui é ruim na cidade é bem pior, lá agente pra morar tem que pagar aluguel, tem que comprar tudo e o emprego não é tão fácil assim como a gente pensa”* diz.

3.1.4 Unidade 4

Nesta unidade, o casal desenvolve agricultura familiar para subsistência e para comércio no armazém que possui de maneira informal na propriedade.

A infraestrutura desta unidade conta com a residência da família em bom estado de conservação, onde é mantido juntamente o armazém e um pequeno salão de cabeleireira da esposa, que presta os serviços aos moradores da localidade. Possui tecnologias que consideram necessárias para as atividades e inerentes a profissão, e adquiridas com os recursos do trabalho não-agrícola.

A esposa com 38 anos e o marido com 40 anos, desenvolvem atividades não agrícolas na comunidade, e ele trabalha na zona urbana em uma empreiteira de manutenção de estradas, caracterizando pluriatividade conforme Schneider (2009) afirma:

Enquanto fenômeno social e econômico presente na estrutura agrária dos países desenvolvidos e em alguns países emergente, como no caso do Brasil, podemos definir a pluriatividade como um fenômeno através do qual membros das famílias de agricultores que habitam no meio rural optam pelo exercício de atividades não-agrícolas, mantendo a moradia no campo e uma ligação, inclusive produtiva, com a agricultura e a vida no espaço rural. Neste sentido, ainda que se possa afirmar que a pluriatividade é decorrente de fatores que lhe são exógenos, como o mercado não-agrícola, ela é uma prática que depende das decisões dos indivíduos ou das famílias. (SCHNEIDER, 2009, p. 97).

Como esta unidade, segundo os proprietários foi adquirida há aproximadamente 10 anos pelo casal, que sonhavam em morar novamente no campo reproduzindo a vida dos pais, como não gerou a renda esperada eles optaram por outras atividades como complemento para suas economias.

A filha do casal, quando a unidade foi adquirida já estava com 10 anos, hoje está com 20 anos e mora na cidade, onde é casada e não pretende voltar para a unidade. Os pais ponderam que: “[...]ela não vai voltar pra cá, pois já está bem colocada na cidade, estudou pra isso e hoje ela e o marido tem seu sustento, não querem ficar aqui porque é longe das coisas que estão acostumados a fazer e também porque o trabalho aqui é diferente, bem mais pesado[...]”

Para autores como Galland & Lambert (1993), Abramovay (1997) e Silvestro (2001), a decisão de abandonar o campo é observada com uma opção mais acentuada entre as moças do que entre os rapazes, atribuindo esta decisão as condições de trabalho que geralmente são mais duras e rudimentares para elas, e pela baixa remuneração quando a atividade agrícola é comparada com outras atividades.

3.1.5 Unidade 5

A unidade 5 é formada por três integrantes, o casal (ele 56 anos e ela 55 anos) e um único filho (24 anos). Eles residem no local desde que casaram há aproximadamente 30 anos, onde constituíram sua família e não pretendem deixar a unidade até morrer, conforme afirma o agricultor.

A situação da família é confortável, contando com uma boa infraestrutura em moradia e instalações para as atividades agrícolas. A residência é antiga, a mesma de quando foi adquirida a propriedade, porém, já passou por algumas reformas para oferecer as condições de conforto que a famílias desejava. A mãe considera que: *“a gente precisa ter um pouquinho de conforto, por que não adianta trabalhar o dia todo na lavoura e não ter um canto bom pra descansar”*. Esta família é a única do Rincão que conseguiu se adequar as normas exigidas para fornecer alimentos para as escolas, o PNAE – Programa Nacional de Alimentação Escolar, através do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação qual tem como objetivo a transferência de recurso financeiros do Governo Federal, em caráter suplementar , para os estados, Distrito Federal e municípios para aquisição de gêneros alimentícios destinados à merenda escolar (FNDE,2006)

Este convênio garante a família uma renda mensal capaz de suprir suas necessidades, e lhes garantir uma perspectiva de futuro produtivo para a unidade.

Entretanto, este panorama não é garantia de permanência do único filho na unidade, ele almeja ir para a cidade trabalhar em alguma coisa que lhe pague um salário fixo e que não necessite trabalhar tanto na unidade.

O filho diz que: *“eu quero morar na cidade, ter um salário e não precisar acordar todos os dias de madrugada com frio, com chuva, e as vezes até doente a gente tem que ir, meus pais são guerreiros e amam o que fazem, eu não quero isso pra mim.”*

Os pais demonstram claramente uma grande tristeza frente a declaração do filho, mas ponderam dizendo que:

ele é novo, quer ir trabalhar na cidade mas logo vai se arrepender, aqui gente tem tudo, e agora distribuindo merenda pras escolas a gente tem ganho certo por mês, diferente de quando a gente ia pra feira e as vezes não vendia tudo, e voltava pra casa com as verduras murchas e não tinha o que fazer senão dar para os porcos, ele fala isso porque é novo, depois aprende a dar valor.

Esta unidade, independente da vontade e participação do único filho, utiliza-se de polícias públicas disponíveis, como forma de protagonizar o desenvolvimento rural em sua localidade, capaz de tornar-se competitiva quando comparada a agricultura patronal no que se refere aos rendimentos físicos obtidos e mesmo a capacidade de empregar a mão-de-obra familiar (VEIGA, 1994; FAO – INCRA, 1994).

Talvez nesta propriedade ocorra esta falta de interesse por parte do filho, pois ele não participa diretamente das tomadas de decisões dentro da unidade, faltando desenvolver sua autonomia, participação e colaboração dentro do processo de produção da propriedade, levando-o a acreditar que na cidade deve ser melhor do que a vida que tem hoje no campo.

3.1.6 Unidade 6

Esta unidade produtiva se encaixa dentro dos aspectos que Abramovay (1997) e Dusrton (1999) chamam de esvaziamento ou envelhecimento do campo, onde ocorre a migração principalmente dos jovens para a cidade. Entretanto neste caso, o envelhecimento está ocorrendo nesta unidade mesmo sem haver a saída dos jovens, e sim pelo fato de que na família o pai já está com 98 anos e a mãe com 88 anos, e os filhos residentes na unidade estarem com 54 anos ela e 69 anos ele, e permanecerem na condição de solteiros.

A renda desta família é baseada na aposentadoria de ambos, sendo informado pela filha que a agricultura desenvolvida na propriedade é única e exclusivamente para subsistência, e que nenhum deles possui mais saúde para tocar a unidade com fins lucrativos.

A filha relata que com a condição financeira de todos, em relação a aposentadoria, seria mais conveniente ir para a cidade, até para ter mais recurso no caso do tratamento da saúde dos pais, mas que ele não abandonam a propriedade porque a mesma tem um valor sentimental para a família. Ela diz que *“estas terras foram dadas aos meus pais pelo meu avô paterno, e se a gente sai daqui os meus pais são capazes de morrer de desgosto”*, salienta.

A infraestrutura desta unidade é bastante precária, a casa está em ruínas, não possui de muitos recursos tecnológicos e não possui transporte próprio, contando com a ajuda de vizinhos quando precisam levar algum familiar doente para a cidade.

Quanto à continuidade da unidade ela não tem nenhuma perspectiva, acredita que no futuro, após o falecimento dos pais, ela e o irmão terão de decidir, mas agora ainda não sabem o que irão fazer.

Nesta unidade apesar de haver um intervalo de aproximadamente três décadas entre as gerações, os filhos não visualizam a possibilidade de deixarem para seus sucessores a unidade, em razão principalmente de serem solteiros e não fazerem planos de união para nenhum deles.

3.1.7 Unidade 7

A unidade familiar agrícola 7 tem somente o casal que residem na propriedade, ele com 51 anos e ela com 54. A esposa possui 8 filhos de um casamento anterior, e que não residem na unidade por possuírem idades entre 20 e 36 anos sendo todos maiores e independentes.

Eles residem há pouco tempo no local, cerca de cinco anos quando compraram a propriedade para morar e praticar agricultura de subsistência.

A infraestrutura da unidade é considerada razoável, segundo os proprietários, tendo o necessário para viver com dignidade, pois eles moravam na cidade e não podiam cultivar sua horta e criar seus animais, desta forma optaram por comprar “umas terrinhas” e vir morar na localidade.

Ambos são aposentados por invalidez, atribuindo à renda previdenciária sua base de manutenção. Eles possuem um “boteco” como dizem, o qual auxilia na renda do casal, atividade esta mantida de maneira informal em razão de suas aposentadorias.

Os filhos, frutos do primeiro casamento da proprietária, não têm interesse em dar continuidade a unidade, pois todos têm suas atividades na zona urbana e consideram que este patrimônio pertence exclusivamente ao casal, ainda que saibam de seus direitos frente à legislação.

A mãe acredita que os filhos irão vender a propriedade, quando ocorrer o processo sucessório quando da morte do casal, já que este era somente um sonho dela e do atual marido. Considerando esta situação ela diz: *“é uma pena ninguém querer ficar aqui, agente gosta daqui, mas e quando a gente não estiver mais, o que será que vai ser feito? Até queria que um deles viesse pra cá e plantasse alguma coisa, que sempre se vende, pelo menos pra viver dá”*, explica.

3.1.8 Unidade 8

A unidade produtiva 8 é composta somente pelo casal que ainda não possui filhos, ele tem 24 anos e ela 20 anos. Esta unidade é parte da propriedade dos pais dele que foi doada como presente de casamento. A documentação de doação da propriedade ainda está sendo providenciada. O desmembramento é importante segundo ele, pois se quiserem utilizar algum programa do governo para melhorias na unidade, é necessário estar com a documentação regularizada.

A produção da unidade é de subsistência, e ambos trabalham na cidade como forma de obter renda para dar andamento na propriedade. Eles pretendem depois de regularizada a documentação da terra, utilizar-se de programas como PRONAF (Programa Nacional de Fortalecimento para Agricultura Familiar) para adquirir equipamentos e tecnologias para produzir alimentos e abandonar o trabalho na cidade, onde ela trabalha em uma padaria e ele trabalha na construção civil. Situação que eles consideram desgastante, pois: *“a gente mora aqui e trabalha na cidade, mesmo que seja perto da cidade a gente sai cedo e volta tarde, e têm todas as lidas da propriedade, a gente queria trabalhar aqui e tirar nosso sustento daqui mesmo”*, diz a esposa.

O marido complementa dizendo: *“quando o pai deu pra gente as terrinhas, era pra trabalhar aqui, mas daí o dinheiro encurtou e a gente teve que procurar alguma coisa na cidade, mas o que a gente quer mesmo é viver com o que dá aqui.”* Assim, conforme afirmam eles, somente trabalham na cidade como forma de aumentar a renda do casal, e que assim que puderem eles voltarão para o trabalho na unidade. Eles relatam também que: *“para trabalhar*

na cidade a gente só se vê de noite, e a gente casou a pouco tempo, era bom ficar junto e tocar a propriedade os dois juntos” segundo ele.

A infraestrutura desta unidade é considerada boa pelo casal, onde possuem recursos como energia elétrica, água encanada, telefonia, e eletrodomésticos adquiridos com os recursos obtidos do emprego urbano. Segundo eles, neste caso trabalhar na cidade com carteira assinada tem suas vantagens, pois facilita comprar no crediário em razão das garantias que o vínculo empregatício oferece.

Contrariando o que Silvestro e Cortina (1998) referem a respeito do crescente o desejo de filhos e filhas em não reproduzir a ocupação dos pais, implicando no crescente esvaziamento demográfico, cultural e econômico de regiões onde predominam a agricultura familiar, esta unidade composta por um jovem casal tem como objetivo o trabalho na agricultura. O casal estima que a dedicação exclusiva ao trabalho agrícola ocorra em breve, já que possuem as terras que foi doada pelo pai. Pode-se fazer uma leitura de sucessão geracional desta situação, uma vez que o jovem esposo conta que: *“o pai deu pra gente esta parte da terra, o resto que eles moram lá em cima [fazendo referencia a posição geográfica da propriedade] onde tem a casa vai ficar pros meus irmãos, e assim quando os velhos se forem já vai ficar tudo certo”*.

A perspectiva do casal é que os seus filhos, quando vierem, fiquem na unidade e deem continuidade ao trabalho que eles projetam para o futuro, onde eles analisam que é necessário dar prosseguimento a agricultura familiar como forma de abastecer o setor urbano e para a própria subsistência, pois como dizem: *“a gente sabe como é a vida aqui no campo e lá na cidade, porque a gente vai e volta todo dia, muita gente não dá valor as coisas que tem aqui, mas na cidade qualquer folha de couve é dois real e por ai vai”* afirma a esposa.

3.1.9 Unidade 9

A unidade de produção 9 é uma extensão da unidade de produção 8. A unidade 8 formou-se em razão da doação de terras da unidade 9, para o filho mais velho do casal da unidade 9 quando este casou, e desta forma recebeu como presente uma unidade de produção, cuja documentação está sendo providenciada para regularização da doação, ficando os outros dois filhos do casal da unidade 9 como herdeiros legais e únicos para esta unidade.

Atualmente a unidade 9 é composta pelo casal de 55 anos ele e 52 anos ela, e possuem três filhos, onde, o mais velho de 24 anos já não está mais junto a família por ter

ganhado sua parte da propriedade (unidade 8), os irmãos tem idade de 23 e 21 anos continuam junto aos pais desempenhando as atividades agrícolas da unidade.

A estrutura geral da unidade é considerada boa, contando com fornecimento de energia, abastecimento de água, telefonia, entre outros recursos tecnológicos que servem para facilitar a vida no campo, segundo os entrevistados. Dentre estas tecnologias estão principalmente os maquinários utilizados na agricultura, onde esta família obtém seu sustento e *“pretende investir para aumentar a produção e poder participar de programas governamentais como os da merenda escolar”* diz o filho mais novo.

Nesta unidade é possível observar que os jovens não têm interesse em abandonar o campo, e inclusive tem o apoio dos pais em continuar a produção desenvolvida na unidade, e ainda contrariando a literatura e outros discursos de que os jovens não possuem autonomia para gerenciar as propriedades, ou não seriam ouvidos dentro do núcleo familiar conforme Reuben (1990). Neste núcleo, os jovens são estimulados a continuar a atividade agrícola da unidade, sendo considerados parte importante e atuante no processo de decisão da unidade.

3.1.10 Unidade 10

A unidade 10 é composta somente por uma pessoa, já que a proprietária é viúva há aproximadamente 15 anos e os seus quatro filhos com idades entre 29 e 40 anos residem em Cachoeira do Sul e em cidade vizinhas.

A proprietária de 60 anos desenvolve sozinha, as atividades da agricultura de subsistência, contando por vezes com a ajuda de vizinhos e amigos que realizam os trabalhos mais rudimentares quando necessário. Ela pondera que quando o marido era vivo eles plantavam fumo e possuíam uma horta para consumo e venda do excedente, e que os filhos nasceram, cresceram e se criaram trabalhando desde pequenos na lavoura, mas que depois de certa idade eles foram indo para cidade pra estudar e não mais voltaram para a unidade, *“agora eles só vem aqui de visita, e até querem me levar pra cidade mas eu não vou”* diz ela.

Nesta unidade é observado claramente o processo de esvaziamento das áreas rurais conforme Abramovay (1997), quando chama atenção para o fenômeno da “desertificação rural”. Este autor considera:

O esvaziamento dos campos, longe de garantir a preservação harmoniosa da natureza, corresponde antes de tudo a um enorme desperdício de recursos e potenciais, que poderiam ser aproveitados na luta contra a exclusão social, (ABRAMOVAY, 1997, p.1).

Para Abramovay (1997) considerar o esvaziamento dos campos um desperdício de recursos e potenciais, ele deveria estar se referindo a contribuição que os jovens podem dar ao meio rural como agente de desenvolvimento rural, em relação a agregar valor a sua unidade a partir das ideias e tomadas de decisão frente às atividades pertinentes a agricultura.

A entrevistada, em sua avaliação sobre a unidade, acredita que nenhum dos filhos depois de sua falta tomará a frente da unidade, uma vez que todos possuem sua independência pessoal e financeira, sendo pouco provável que retornem a propriedade para residir ou dar continuidade a produção.

3.2 Dos resultados das entrevistas

Das entrevistas realizadas nas 10 unidades de produção agrícola da localidade do Rincão das Guajuviras, podemos observar que existem muitas especificidades em relação ao processo sucessório destas unidades. Observamos que somente em 3 das unidades os sucessores pretendem dar continuidades aos trabalhos das unidades de produção agrícola (UPA), enquanto que para o restante, os filhos já não estão mais nas unidades ou não pretendem ficar.

Também foi observado que nas unidades onde existem sucessores que darão continuidade aos trabalhos na unidade de produção todos são do sexo masculino, e que para fomentar este processo sucessório a utilização de algumas políticas públicas são referidas como alternativas nesta tomada de decisão. Desta forma, fica evidenciado dois fatores atuais referentes à sucessão na agricultura familiar, o primeiro fator está relacionado a masculinização do campo e o segundo, diz respeito a utilização de políticas públicas disponíveis para auxiliar nesta permanência.

3.2.1 Masculinização do campo e as políticas públicas

Nas unidades 2, 3 e 9 é possível observar que a sucessão ocorrerá por conta dos filhos do sexo masculino, reafirmando o alto índice de masculinização do campo, o qual está relacionado ao êxodo juvenil feminino podendo ser associado a duas causas como: o trabalho é considerado pesado pelas moças e a sua exclusão em relação a distribuição do poder dentro das famílias, desta forma, a tendência é que as moças se afastem das atividades agrícolas e do meio rural (MELLO et al, 2003).

De acordo com Abramovay (1997), os migrantes rurais brasileiros são cada vez mais jovens, e em seu interior, o peso em relação às moças é superior ao dos rapazes. Sendo assim, esse processo migratório pode levar o meio rural ao envelhecimento e a masculinização como ocorreu na França. Portanto, este processo está presente no caso analisado neste trabalho.

Relacionado ao peso nas tomadas de decisões dentro das unidades, enquanto estudo realizado por Silvestro (1998) no oeste de Santa Catarina diz que “[...] a iniciativa dos jovens vivendo hoje no interior da agricultura familiar encontra-se fortemente inibida, não só por razões econômicas, mas também pela natureza da relação entre gerações e entre gêneros” (SILVESTRO, 1998, p.8). Nas unidades de produção no Rincão das Guajuviras, que possuem sucessores com disposição e pretensão de permanecer na propriedade esta situação, é bem diferente, pois os pais acreditam que os filhos têm que participar do processo de decisão dentro das unidades, e que é importante a capacitação e valorização do jovem rural como agente para o desenvolvimento rural, assim como afirma Durston (1994), “[...] os jovens rurais de hoje têm conhecimentos e capacidades suficientes para se constituírem no principal motor de desenvolvimento rural [...]” (DURSTON, 1994, p.15).

A partir das entrevistas e a luz da teoria é possível constatar que o filho é um dos principais agentes de tomada de decisão junto ao núcleo da unidade, e que seu conhecimento e capacitação dentro deste ambiente interferem diretamente na utilização de políticas públicas nas propriedades.

Neste processo de tomada de decisão quanto à utilização destes artifícios é o que torna claro o que Durston (1994) refere quanto ao futuro e oportunidades para estes jovens “Os jovens rurais têm tanto um pensamento como uma ação estratégica. Isto é relevante para a política social rural, cuja principal prioridade deveria ser simplesmente abrir-lhes oportunidade [...]” (DURSTON, 1994, p.15).

Os jovens que pretendem ficar e dar continuidade ao processo produtivo das unidades sabem da existência de políticas voltadas para a agricultura familiar e tem conhecimento, pouco ou suficiente para se utilizarem delas. Eles também dispõem do auxílio de organizações e entidades de classe que podem ajudar no esclarecimento de suas dúvidas quanto ao acesso a estes créditos, entretanto, nem todos buscam estas informações.

Percebe-se que na medida em que os jovens tomam a frente nas decisões da unidade, ocorre um processo de desafio e ousadia, o qual não seria executado somente com a tomada de decisão dos pais. Fato que pode ser comprovado conforme declaração do chefe de família da unidade 3, quando refere a ter pouco estudo e dar preferência aos mais novos para tomar a iniciativa quanto a seqüência na produção da unidade e obter maiores rendimentos com os

investimentos que pretender executar na propriedade, mesmo que isto signifique algum tipo de endividamento temporário.

Nas outras famílias com sucessores também homens, a existência destas políticas voltadas para a agricultura familiar, servem como apoio e alternativa para investimento na unidade já que não possuem recursos próprios, e que muitas vezes são necessários para aquisição de tecnologias para facilitar o trabalho dos integrantes da família.

Muitas das famílias durante as entrevistas revelaram informalmente que já se utilizaram de políticas públicas como o PRONAF, e hoje uma delas atende ao programa de alimentação escolar o PNAE. Afirmam também que se utilizaram destes recursos disponíveis de crédito para colocar a propriedade dentro dos requisitos para atender ao programa. Relatam que *“se não fosse os empréstimo que fizemos não tinha como se adequar para continuar produzindo”* diz o proprietário da unidade 5, unidade esta, em que o único filho, mesmo contando com esta política pública de fornecimento de alimentos as escolas, o que proporciona uma renda líquida e certa, não deseja permanecer na propriedade, em razão de considerar o trabalho muito árduo.

As políticas públicas são consideradas pelos sucessores como uma alternativa, principalmente depois que esta discussão foi intensificada quando o governo brasileiro elegeu a agricultura familiar como protagonista para o desenvolvimento rural, baseando-se em análises que atribuem a este tipo de agricultura condições mais favoráveis de competitividade quando comparada a agricultura patronal no que se refere aos rendimentos físicos obtidos e mesmo a capacidade de empregar a mão-de-obra (VEIGA, 1994; FAO – INCRA, 1994).

O PRONAF, Programa Nacional para a Agricultura Familiar, segundo o Manual de Crédito Rural (2001) descreve os beneficiários passíveis de receber o benefício como sendo:

Todos aqueles que explorem e dirijam estabelecimentos rurais na condição de proprietários, posseiros, arrendatários, parceiros, comodatários ou parceiros, desenvolvendo naqueles estabelecimentos atividades agrícolas ou não agrícolas que atendam simultaneamente aos seguintes requisitos:

1. não possua, a qualquer título, área superior a quatro módulos fiscais, quantificados na legislação em vigor,
2. utilizem predominantemente mão-de-obra da família nas atividades do empreendimento ou estabelecimento;
3. residam no próprio estabelecimento ou em local próximo.

Sendo assim considerado, o Pronaf contempla em suas regras todas as famílias do Rincão das Guajuviras, conforme informações disponibilizadas pelos moradores da localidade, pois nenhuma das unidades ultrapassa aos módulos fiscais determinados, preenchendo um dos principais itens para conseguir o financiamento.

Ainda que estas famílias não utilizem das políticas disponíveis, eles mencionam que existem mercados para seus produtos, como a feira livre da cidade e os supermercados, mercados e armazéns que teriam a capacidade de absorver sua produção, sustentando a visão que as unidades necessitam ter continuidade independente de ocorrer com os seus sucessores ou não. Já que no restante das unidades, cerca de 70%, não possuem perspectivas de continuidade por conta de seus consangüíneos.

Quadro 1

Resultados das entrevistas com as famílias

UNIDADE	COMPOSIÇÃO DA FAMÍLIA	SITUAÇÃO ECONÔMICA	SUCESSÃO	PRODUÇÃO DA UNIDADE	OBSERVAÇÕES
UNIDADE 1	02 PESSOAS (casal)	BOA	NÃO	FUMO/HORTI	ENVELHECIMENTO- casal não tem filhos, sem perspectiva de sucessão.
UNIDADE 2	04 PESSOAS (casal +2 filhos)	BOA	SIM	FUMO/HORTI	MASCULINIZAÇÃO - a sucessão ocorrerá com o filho mais velho a filha não pretende voltar.
UNIDADE 3	07 PESSOAS (casal + 5 filhos)	RAZOÁVEL	SIM	HORTIFRUTI	MASCULINIZAÇÃO/POLITICAS PÚBLICAS - a sucessão ocorrerá com o filho mais velho, e utilizará de pol. públicas na UPA.
UNIDADE 4	03 PESSOAS (casal + 1 filha)	BOA	NÃO	SUBSISTÊNCIA	RURBANO/ NÃO-AGRÍC. – proximidade da cidade facilita e emprego fora da UPA.
UNIDADE 5	03 PESSOAS (casal + 1 filho)	BOA	NÃO	HORTIFRUTI	POLÍTICAS PÚBL. (PNAE) – utilizam-se de pol. públ., mas filho não quer permanecer na UPA.
UNIDADE 6	04 PESSOAS (casal + 2 filhos)	RUIM	NÃO	SUBSISTÊNCIA	ENVELHECIMENTO – todos com idade avançada, sem perspectiva de sucessão para a UPA.
UNIDADE 7	02 PESSOAS (casal)	BOA	NÃO	SUBSISTÊNCIA	ENVELHECIMENTO – ambos com idade avançada (aposentados), sem perspectiva para a UPA.
UNIDADE 8	02 PESSOAS (casal)	BOA	NÃO	SUBSISTÊNCIA	RURBANO/NÃO-AGRÍC. – proximidade da cidade facilita o emprego fora da unidade, e necessidade geração de renda.
UNIDADE 9	04 PESSOAS (casal + 2 filhos)	BOA	SIM	HORTIFRUTI	MASCULINIZAÇÃO/POLITICAS PÚBLICAS – filhos pretendem acessar pol. públ. para continuidade da UPA.
UNIDADE 10	01 PESSOAS	RAZOÁVEL	NÃO	SUBSISTÊNCIA	ENVELHECIMENTO – proprietária com idade avançada sem perspectiva de sucessão na UPA.

Fonte: Unidades entrevistadas na comunidade de Rincão das Guajuviras.

Analisando o quadro 1, formulado a partir das respostas obtidas nas entrevistas, percebe-se que nas 3 unidades onde haverá sucessão a configuração de gênero é predominantemente masculina, e em todas elas a participação dos jovens dentro das unidades é um dos fatores decisivos para sua permanência, bem como a utilização de políticas públicas como meio de captação de recursos financeiros para utilização e desenvolvimento da unidade.

Verifica-se também que, o processo de envelhecimento esta ocorrendo em 4 unidades entrevistadas, onde não existe perspectiva de sucessão e os filhos já não estão mais na unidade, e que a interferência do urbano em relação a proximidade com a cidade, facilita as atividades fora das unidades caracterizando o conceito de Rurbano, onde ocorre uma conjugação dos modos de vida entre o rural e o urbano conforme Freyre (1982).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esta pesquisa abordou a questão da sucessão geracional nas unidades de produção na localidade de Rincão das Guajuviras, Cachoeira do Sul, RS. Ao fazerem suas escolhas profissionais, os jovens rurais estão atuando decisivamente no processo sucessório de suas famílias. A opção por permanecer ou não no campo é influenciada por vários fatores, entre eles estão a questão da masculinização do campo, as políticas públicas que não oferecem aos jovens o acesso ao ensino e profissionalização dentro do ambiente rural, condições e infraestrutura para as unidades proporcionando uma proximidade entre o espaço de vida rural e o urbano caracterizado como Rurbano e ainda, a centralização de decisões por parte pais em relação a participação dos filhos dentro da unidade, o que o gera conflitos entre as gerações e repercute diretamente no processo sucessório, repercutindo no abandono por parte dos jovens e gerando um envelhecimento do campo.

Nas famílias em que há possibilidade da participação dos jovens nas ações dentro das unidades de produção é possível observar que, o processo sucessório já está positivamente decido, enquanto que, nas famílias onde os pais ainda mantêm o poder administrativo da unidade, há por parte dos sucessores um desestímulo em seguir as atividades exercidas pelos pais, em razão deles não acreditarem em suas capacidades decisivas e administrativas. Os filhos avaliam as suas condições de seguir as atividades dos pais e comparam com as perspectivas para atividades não-agrícolas, o que deixa os pais em situação não favorável, pois eles sabem, segundo relatos, que a carga horária nas unidades é um pouco maior, e mais rudimentar do que nas atividades não-agrícolas, mas desejam que os filhos continuem nas propriedades dando continuidades ao processo sucessório e a produção.

Neste processo, podemos avaliar que as políticas públicas existentes servem para amenizar esta evasão, entretanto percebe-se que há um aspecto bastante cultural em relação aos seus acessos, cabendo aos homens, como foi apurada nas entrevistas, a continuidade das unidades e a tomada de decisão em utilizá-las. Em nenhum momento, as famílias que tinham filhas, disseram que elas pudessem retornar e acessar algum tipo de política pública voltada para as mulheres rurais, até mesmo as proprietária das unidades relataram nunca ter utilizado alguma delas, sempre foi o chefe da família que tomou a decisão e a frente nos financiamentos para as unidades.

Percebe-se, desta forma, que a masculinização do campo é um dos fatores que mais influenciam no processo sucessório, onde as mulheres tendem a sair das unidades em busca de “algo melhor”, segundo relatos de uma entrevistada. Na agricultura familiar, as condições de

vida e de trabalho para as mulheres são mais precária que a dos homens, pois elas não têm o reconhecimento merecido em relação aos trabalhos domésticos e das outras atividades produtivas que desenvolvem dentro da unidade de produção. Para elas, quando realizam algum trabalho assalariado, muitas vezes realizam trabalhos sem nenhum vínculo empregatício, executando tarefas desgastantes e com salários miseráveis.

As mulheres, assim como os jovens, por vezes, são invisíveis dentro das unidades de produção, tanto na execução das tarefas como na tomada de decisão. De acordo com Miriam Nobre (1998), a divisão do trabalho entre homens e mulheres na agricultura familiar e a desvalorização do trabalho realizado algumas vezes toma forma de divisão de produtos, ocorrendo também uma divisão de tarefas entre o que é pesado para os homens e o que é leve para as mulheres, segundo a autora:

a divisão sexual do trabalho parte do princípio de que os homens são responsáveis pelo trabalho produtivo (a agricultura, a pecuária) e as mulheres, pelo trabalho reprodutivo (o trabalho doméstico, o cuidado da horta e dos pequenos animais, tudo o que é feito para o uso próprio, sem contar a reprodução da própria família através do nascimento e cuidado dos herdeiros) (NOBRE, 1998, p. 175).

Segundo o que afirma Durton (1994) “... os jovens rurais têm conhecimento e capacidades suficientes para se constituírem no principal motor de desenvolvimento rural...” (DURSTON, 199, p.15), o que pode interferir e quebrar este pré-conceito de invisibilidade, uma vez que quando realiza a opção de sucessor e tem interesse em dar continuidade ao processo produtivo desta unidade, ele está realizando um processo decisivo para o desenvolvimento rural independentemente da intervenção governamental ou institucional, contribuindo para uma mudança social em sua comunidade.

Neste sentido, verificamos que as perspectivas dos jovens permanecerem, ou não, na atividade agrícola são diretamente influenciadas em razão da pretensão destes jovens em adquirir sua independência financeira, sejam eles homens ou mulheres, e ainda, para a saída das jovens em especial, atribui-se principalmente a influência e a maneira como suas mães vivem, pois elas querem algo diferente pra si.

Sendo assim, os jovens entrevistados relataram as vantagens e desvantagens das atividades dos pais, e enfocaram um número bem maior de desvantagens quanto de vantagens, onde na realidade eles apontam positivamente o modo de vida e as vantagens de morar e trabalhar na cidade e renegam em sua quase a sua totalidade o modo de vida dos pais, restando somente 3 dos entrevistados como sucessores geracionais para as unidades pesquisadas.

REFERÊNCIAS

ABRAMOVAY, Ricardo. **Juventude e agricultura familiar: desafio dos novos padrões sucessórios**. Brasília: UNESCO, 1998.

_____. Uma nova extensão para a agricultura familiar. Texto para discussão, 29. **In: Seminário Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural**. Brasília, 1997.

ABRAMOVAY, Ricardo; CAMARANO, Ana A. **Êxodo rural, envelhecimento e masculunização no Brasil: panorama dos últimos 50 anos**. Rio de Janeiro: IPEA, 1999.

AHLERT, L. A sucessão das atividades na agricultura. **In: 47º Congresso da Sociedade Brasileira de Economia, administração e Sociologia Rural**, de 26 a 30 de julho de 2009, Porto Alegre, RS. Disponível em: <<http://www.sober.org.br/palestra/13/709.pdf>>. Acesso em: jun. 2013.

ATLAS SÓCIO ECONÔMICO RIO GRANDE DO SUL. **Mapa estabelecimentos agropecuários de agricultura familiar 2006**. Porto Alegre, RS. Disponível em: <<http://www.scp.rs.gov.br/atlas/default.asp>>. Acesso em: maio 2013.

BRASIL, Lei n. 11.326, de 24 de julho de 2006. Estabelece as diretrizes para a formulação da Política Nacional da Agricultura Familiar e Empreendimentos Familiares Rurais. **Diário Oficial da República Federativa do Brasil**, Brasília, DF, 25 jul. 2006. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/lei/111326.htm>. Acesso em: jun. 2013.

BRASIL/Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra)/Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA). **Um novo Brasil, 2003-2010**. Brasília: MDA, jun. 2010.

BRUMMER, Anita; PAULILO, Maria Ignez. As agricultoras do Sul do Brasil. **Revista Estudos feministas**, Florianópolis, v. 12, p. 171-174, jan./abr. 2004.

CARNEIRO, Maria José. Em que Consiste o Familiar da Agricultura Familiar? Oficina de atualização temática, Ocupações Rurais não-agrícolas. **Anais**. Londrina: 2000.

CHAMPAGNE, Patrick. **Ampliação do espaço social e crise da identidade camponesa** (tradução do texto Elargissement de l'espace social at crise l'identité paysanne). Cahier d'Economie et Sociologie Rurales, n. 3, p. 73-89, dec. 1986.

COSTA, M. R. C. **Agricultura familiar e sucessão hereditária: estudo de caso no município de Morro Redondo, RS**. Dissertação de Mestrado. Programa de Pós-Graduação em Agronomia. Universidade Federal de Pelotas, Pelotas. 2006.

DURSTON, John. A juventude rural no Brasil e no México: reduzindo a invisibilidade. **Idéias & debate**. Brasília: Instituto Teotônico Vilela, n. 27, 1999.

DURSTON, John. Juventude Rural, Modernidade e Democracia. In: Tavares, doracy; y Nelson Lemos (Comp.). **Juventude e Desenvolvimento rural no Cone Sul Latino Americano**. Santiago do Chile: PROCODER – EMATER/RS-IICA, 1994, p. 13-15.

FAO/INCRA. **Perfil da agricultura familiar no Brasil: dossiê estatístico**. FNDE. Programa Nacional de Alimentação Escolar. Brasília, 1996. Disponível em: <<http://www.fnde.gov.br/programas/alimentacao-escolar/alimentacao-escolar-apresentacao>>. Acesso em: maio/2013.

GALLAND, Oliver; LAMBERT, Yves. **Lês jeunes ruraux**. Paris: INRA/L' Harmattan, 1993.

GOOGLE MAPS. Mapa dos limites geográficos de Cachoeira do Sul. Disponível em: <<https://maps.google.com.br/maps?hl=pt-BR&tab=ll>>. Acesso em: maio 2013.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATISTICA. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/cidadesat/index.php>>. Acesso em abril 2013.

INCRA/FAO. **Perfil da agricultura familiar no Brasil: dossiê estatístico**. Brasília: INCRA/FAO, 1996.

MELLO, M. A. de; ABRAMOVAY, R.; SILVESTRO, M. L.; DORIGON, C.; FERRARI, D. L.; TESTA, V. M. Sucessão hereditária e reprodução social na agricultura familiar. **In: Agricultura em São Paulo**, v. 50, n. 1, 2003. Disponível em: <http://www.abramovay.pro.br/artigos_cientificos/2003/sucessaohereditaria.pdf>. Acesso em: jun. 2013.

NOBRE, Mirian; SILIPRANDI, Emma; QUINTELA, Sandra; MENASCHE, Renata (Orgs.): **Gênero e Agricultura Familiar**. SOF, São Paulo, 1998, p. 175.

PAULILO, Maria Ignez Silveira. Movimento de mulheres agricultoras: terra e matrimônio. **Cadernos de Pesquisa**. Florianópolis: UFSC, n. 21, p. 1-17, jun. 2000.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CACHOEIRA DO SUL, RS. Disponível em: <<http://homologar.www.cachoeirasul.rs.gov.br>>. Acesso em: jun. 2013.

REUBEN, W. **La juventude rural em América Latina y em Caribe**. San José: Instituto Interamericano de Cooperacion para la Agricultura (IICA), 1990.

SCHNEIDER, M. Sergio. **A pluriatividade na agricultura familiar**. 2.ed. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2009, p. 97.

SILVA, José Graziano da. A agricultura familiar é parte da solução da segurança alimentar. **Blog do Planalto**. Brasília: 12 de jul. de 2011. Disponível em: <<http://blog.planalto.gov.br/a-agricultura-familiar-e-parte-da-solucao-da-seguranca-alimentar-diz-graziano-da-silva/>>. Acesso em: jun. 2013.

SILVESTRO, Milton Luiz et alii. **Os impasses sociais da sucessão hereditária na agricultura familiar**. Florianópolis: Epagri; Brasília: Nasd/Ministério do Desenvolvimento Agrário, 2001.

SILVESTRO, Milton; CORTINA, Nelson. Desenvolvimento rural sem jovens? **Revista Agropecuária Catarinense**, v. 11, n. 4, dez. 1998, p. 8.

SPANEVERELLO, Rosani Marisa. **A dinâmica sucessória na agricultura familiar**. Tese de doutorado. Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural, Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, 2008.

VEIGA, J. E. et al. **O Brasil rural precisa de uma estratégia de desenvolvimento**. Série Textos para Discussão, n. 1. Brasília: Convênio FIPE – IICA (MDA/CNERS/NEAD), 2001.

WANDERLEY, Maria de Nazareth Baudel. Raízes históricas do campesinato brasileiro. In: TEDESCO, João Carlos et al. **Agricultura familiar possibilidades e perspectivas**. 3.ed. Passo Fundo: UPF, 2001. Cap. 1, p. 21-55.

WOORTMANN, Ellen F. **Herdeiros, parentes e compadres**. São Paulo/Brasília: Hucitec/UNB, 1995.